

Boletim

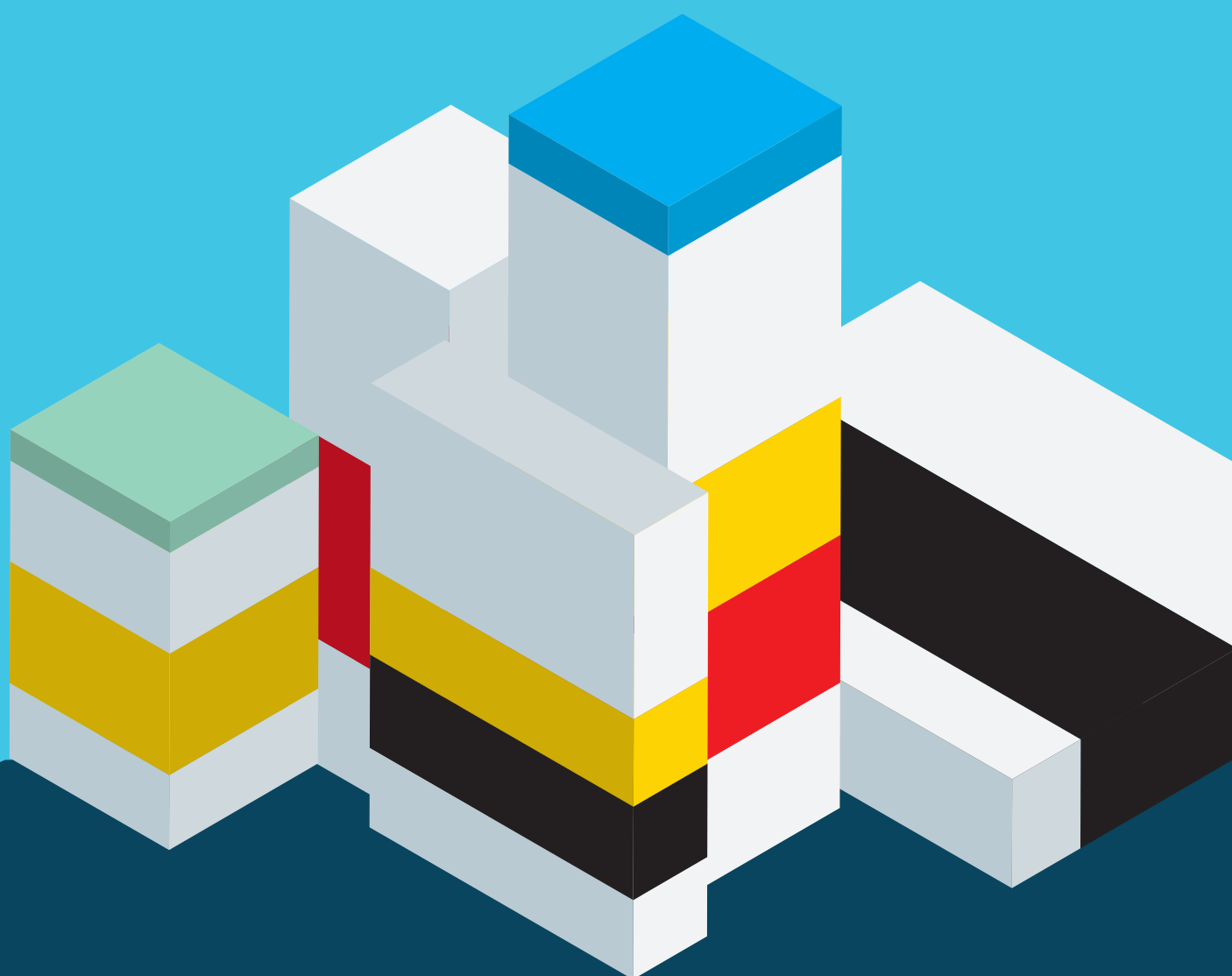
Nº 2.018- Ano 44 - 28 de maio de 2018

O SUS E A INOVAÇÃO

A estratégia adotada pelo Sistema Único de Saúde (SUS) de negociar, com a indústria farmacêutica, a transferência de tecnologia de produção de medicamentos para laboratórios oficiais brasileiros tem reduzido preços, ampliado o acesso da população a remédios e criado um ambiente propício à inovação. Essa é a conclusão central de tese de doutorado defendida no mês passado na Faculdade de Farmácia.

Página 5

Marcelo Lustosa/UFMG



UFMG aprova processo de
elaboração do novo PDI

Página 3

Além do HORIZONTE

Vagner Luciano de Andrade*

No passado, a Serra das Congonhas era marco paisagístico que emoldurava a antiga localidade batizada de Curral Del Rey, lugar de pastagens verdejantes e inúmeros cursos d'água, onde se fixavam temporariamente as comitivas que, vindas dos sertões do São Francisco e da Bahia, levavam as boiadas aos centros mineradores. Eram espaços e tempos distintos que a história local registrou. Havia paisagens para minerar e paisagens para plantar. A Rua Padre Pedro Pinto, em Venda Nova, na época Rua Direita, fazia parte desses caminhos. No registro da Contagem das Abóboras, contabilizava-se o número de passantes para pagamento dos tributos reais. Transeuntes, bois, escravos, mercadorias eram taxados, pois não havia outra forma de arrecadação.

O passado colonial português, imortalizado nas estradas, ruas e travessas, fazia-se presente, evocando elementos que precisavam ser esquecidos. A República trouxe novos sonhos que se materializaram em mudanças e novos olhares. Essa região do "belo horizonte" viria a abrigar, no fim do século 19, a nova capital das Minas Gerais, posição ocupada, até então, por Ouro Preto.

Hoje, Belo Horizonte é uma metrópole com mais de dois milhões de habitantes e um grande aglomerado resultante da conurbação de municípios que a circundam. Do passado restou a Serra das Congonhas, que com o tempo passou a ser chamada de Serra do Curral Del Rey e, posteriormente, Serra do Curral, marco simbólico na paisagem da capital mineira. Essa serra encantou Carlos Drummond de Andrade, que se mudara para cá, indignado com o sumiço de um pico engolido pela mineração, em sua terra natal, Itabira. No entanto, a história se repetiria por aqui, causando-lhe igual indignação. Há vários registros literários dessa revolta do poeta, antes que ele se fixasse no Rio de Janeiro.

Assim, aquele alinhamento serrano, tomado pelo Iphan em 1960 e destinado a se tornar parque estadual de acordo com a lei

7041, de 19/07/1977, transformou-se, nas três décadas seguintes, numa enorme cava, com áreas laterais degradadas. A mineração no Complexo Águas Claras desestabilizou o talude da serra, atualmente escorado por amarras tecnicamente adequadas. Um grande lago de 200 metros de profundidade emoldura o cenário de desolação e destruição. Era o começo de uma história sem fim. No Taquaril, uma grande lavra se formou, descaracterizando severamente a paisagem local. No Acaba Mundo, Olhos d'Água e Solar do Barreiro, a mineração efetivaria recortes significativos, contabilizando lucros imediatos e socializando impactos diversos. E a história, outrora conhecida de todos, se repetia. Lucros para poucos e passivo ambiental para todos.

As leis se mostraram irreveláveis e adaptáveis à ideologia míope do "progresso". Em 1995, a população elegeu a serra como símbolo da cidade, e várias unidades de conservação se efetivaram para preservação de um mosaico de biodiversidade e geodiversidade. Entretanto, as pretéritas feridas abertas pelas mineradoras continuam sangrando. A serra caminha silenciosamente para o caos. Apesar da legislação, a pressão urbana também exerce força gradativa sobre o símbolo dos belo-horizontinos, fatiando-lhe pedaços significativos. Resta agora que o grito de socorro da serra ecoe nos ouvidos daqueles que sempre a contemplaram além do horizonte. Aos que não se imaginam sem essa montanha ao alcance dos olhos, e também da alma, restam o grito e a mobilização.

Sim, nossa alma está lá, encantada entre vales, regatos e matas, e nos anuncia tristezas futuras. E é justamente para além do (belo) horizonte, escondida e desconfiada como um bom mineiro, que a serra receberá seu golpe final. A região do Pico Belo Horizonte encontra-se seriamente ameaçada por um grande Complexo Minerário formado pela junção das empresas Cowan, Empabra e Mineradora Taquaril. O irrevelável empreendimento de grandes proporções

afetará diretamente Nova Lima, Raposos e Sabará. Uma grande área de renascentes nativos inseridos na transição entre cerrado e mata atlântica será removida. Áreas de canga ferruginosa, com alto endemismo de espécies, também serão impactadas. Em Belo Horizonte, os impactos chegarão à região central e às zonas leste e sul. Seriam fraturas a predestinarem um triste horizonte?

É preciso rever esse absurdo, que se encontra em processo avançado de licenciamento. A serra não sustenta mais nenhum abuso. É preciso mobilizar a sociedade para as projeções metropolitanas desse empreendimento insano. A área potencializa cenários únicos, por meio da conservação de suas paisagens, potencializando ecoturismo e geoturismo. Sua importância vai além dos aspectos ambientais, pois reconfigura-se no imaginário dos moradores de Belo Horizonte, tornando-se inegável patrimônio cultural.

Se, "além do horizonte existe um lugar bonito e tranquilo", é nele que morava a alma dos primeiros habitantes desses vales que hoje formam a sexta maior urbe do país. É nele que se refugiou a alma dos moradores de um antigo arraial condenado à demolição para construção de outra cidade. É nele que mora a alma de mais de dois milhões de habitantes. E essa alma anuncia que não partirá, jamais. Ela se fortalecerá com o grito coletivo dos que não se deixam vencer pela égide minerária. Ela vislumbra novos tempos para essas paisagens únicas – tempos em que sua natureza, recuperada e efetivamente preservada, possa encantar as futuras gerações. Não à mineração na serra! Esse continua sendo o grito de todos aqueles que anseiam por novos tempos.

***Agente educador e mobilizador da Rede Ação Ambiental, com formação em Ecologia, Geografia, Magistério, Patrimônio e Turismo**

Esta página é reservada a manifestações da comunidade universitária, por meio de artigos ou cartas. Para ser publicado, o texto deverá versar sobre assunto que envolva a Universidade e a comunidade, mas de enfoque não particularizado. Deverá ter de 5.000 a 5.500 caracteres (com espaços) e indicar o nome completo do autor, telefone ou correio eletrônico de contato. A publicação de réplicas ou trélicas ficará a critério da redação. São de responsabilidade exclusiva de seus autores as opiniões expressas nos textos. Na falta destes, o BOLETIM encomenda textos ou reproduz artigos que possam estimular o debate sobre a universidade e a educação brasileira.

DIREÇÃO a seguir

UFMG define agenda para elaboração do novo Plano de Desenvolvimento Institucional

Itamar Rigueira Jr.

A UFMG deu início ao processo de elaboração de seu novo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), relativo ao período 2018-2023. A proposta para o desenvolvimento do trabalho, que prevê participação efetiva da comunidade universitária e aprovação final em outubro deste ano, foi avalizada, no último dia 22, pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe).

O cronograma estabelece que as diretrizes gerais do PDI sejam apresentadas à comunidade no dia 21 de junho. Até 31 de agosto, deverão ser encaminhadas à Comissão de Sistematização as sugestões das unidades acadêmicas, que promoverão discussões internas da forma como for mais conveniente a cada uma delas. Antes desse prazo, três encontros – nos dias 22 (campi Pampulha e Saúde) e 29 de agosto (campus Montes Claros) – também servirão para reflexão e síntese das contribuições da comunidade.

O documento final será entregue pela Comissão de Sistematização no dia 28 de setembro, e o PDI será submetido à aprovação do Cepe e do Conselho Universitário em outubro deste ano. A comissão encarregada de formular o documento contará com membros da Diretoria de Avaliação Institucional (DAI), da Comissão Própria de Avaliação (CPA) e de representantes da comunidade designados pelas câmaras do Cepe (ensino, pesquisa e extensão) dos três segmentos da comunidade universitária (professores, servidores técnicos-administrativos e discentes).

Segundo a reitora Sandra Goulart Almeida, o terceiro PDI produzido na UFMG – os outros referem-se aos períodos 2008-2012 e 2013-2017 – se beneficiará de reflexão realizada nos últimos anos, sob orientação da CPA, que produziu um diagnóstico da Universidade, e da avaliação externa feita em 2017, por meio de visita de equipe do Instituto Anísio Teixeira (Inep), do Ministério da Educação. A UFMG recebeu nota máxima (5). “A elaboração do documento vai contar também com participação efetiva da comunidade universitária, que poderá se manifestar nos debates em suas unidades, nos grandes encontros em Belo Horizonte e Montes Claros e por meio de página na internet”, afirma a reitora.

Dimensão estratégica

O Plano de Desenvolvimento Institucional é dimensão obrigatória de avaliação das universidades, segundo determina a legislação que regulamenta o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). De acordo com o texto-proposta de elaboração do próximo PDI, o Plano deve “possibilitar o alinhamento de planejamento e avaliação, sinalizando a direção a ser seguida e registrando o caminho percorrido pela instituição”. Ainda de acordo com a proposta,



Prédio da Reitoria, no campus Pampulha: documento receberá contribuições da comunidade

Foca Lisboa/UFMG

a construção do documento deve ser feita de forma autônoma e crítica, com atenção às referências legais e normativas, e seu texto “deve ser conciso e claro, de modo a permitir, tanto à própria UFMG como ao MEC, identificar e monitorar o cumprimento dos objetivos institucionais estabelecidos”.

O conteúdo básico do Plano de Desenvolvimento Institucional deve conter, entre outros itens, projeto pedagógico; políticas de atendimento aos discentes; oferta de cursos e programas de pós-graduação; perfil do corpo docente e dos tutores de educação a distância; organização administrativa e políticas de gestão; projeto de acervo acadêmico em meio digital; infraestrutura física e instalações acadêmicas; demonstrativo de sustentabilidade financeira; oferta de educação a distância; avaliação e acompanhamento institucional.

O processo de elaboração do PDI prevê o acompanhamento constante de sua implementação, após a redação final e aprovação pelo Conselho Universitário. A ideia é que essa etapa confira ao instrumento maior eficácia, tanto como elemento organizador da evolução institucional, quanto como ferramenta de apoio à avaliação.

Para Sandra Goulart Almeida, mais que uma exigência formal e pré-requisito para o credenciamento periódico da Universidade junto ao MEC, o PDI representa uma oportunidade especial para a comunidade acadêmica. “Elaborar o PDI nos estimula a refletir sobre os rumos que queremos e devemos tomar, não apenas com relação a questões acadêmicas e administrativas, mas também no que se refere a ações estratégicas que levem ao fortalecimento da UFMG como universidade pública e gratuita, de excelência e de referência”, conclui a reitora.

LIMITAÇÕES nos DADOS

Estudo da Demografia premiado nos EUA constata problemas na qualidade das informações sobre educação oferecidos pelos censos no Brasil

Itamar Rigueira Jr.

A educação é uma variável que exerce papel preponderante em diversos estudos, como os que medem alterações nos índices de escolaridade, os que fazem projeções da população por nível educacional e os que calculam distribuição de renda ao longo do tempo. Mas pesquisadores que utilizam esse tipo de informação precisam ser cautelosos, porque há limitações na qualidade dos dados dos censos no Brasil sobre educação.

O alerta decorre de pesquisa da pós-graduação em Demografia da UFMG que resultou na tese *Overcoming the limitations of demographic data: papers on mortality, the extreme aged and education* (Superando as limitações de dados demográficos: artigos sobre mortalidade, população nas idades mais avançadas e educação), defendida em 2017 por Marília Nepomuceno, sob orientação do professor Cássio Turra.

A tese é composta de três artigos, e o que trata da qualidade da educação reportada por adultos foi premiado no final de abril, pela Population Association of America (PAA), em encontro em Denver (EUA).

“Muitos pesquisadores usam esse tipo de informação, mas ninguém se importa com a qualidade dos dados de educação nos censos demográficos brasileiros”, afirma Cássio Turra, que investigava com Marília a relação entre educação e mortalidade. “A associação entre essas variáveis é documentada no mundo inteiro, e, no Brasil, há indicações de que ela também é significativa, mas não dispomos de dados suficientemente robustos para mensurá-la com precisão”, acrescenta.

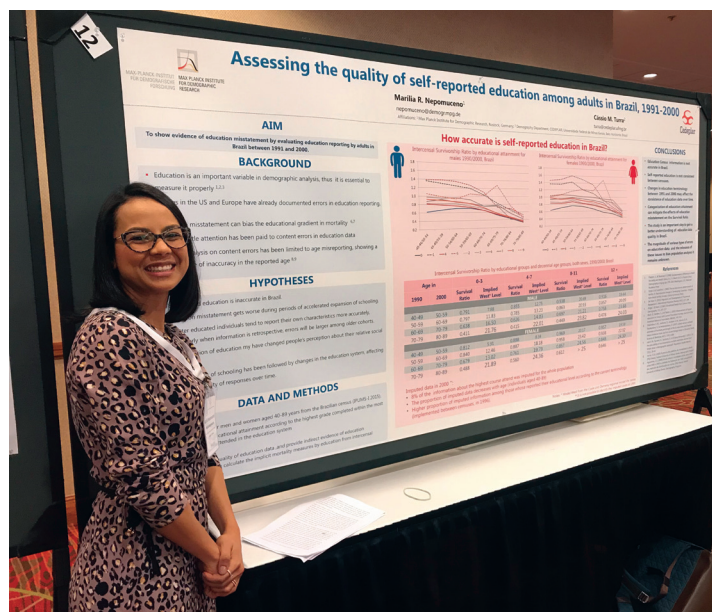
Inconsistência

De acordo com o professor, a expectativa é de que, à medida que cresce o tempo de estudo, aumente também, gradual e continuamente, a probabilidade de se viver por mais tempo. No entanto, a análise dos números revelados pelos censos demográficos nacionais de 1991 e 2000 não encontrou resultados que corroborassem essa lógica de forma consistente.

“Os níveis educacionais parecem ser reportados com erros pelos adultos nas entrevistas feitas pelos recenseadores. E isso é mais comum quando se trata de pessoas mais velhas e de escolaridade mais baixa”, afirma Turra. O detalhamento dos dados revela que, na maioria dos casos, as informações erradas foram fornecidas por pessoas sem escolaridade e com cinco e nove anos de estudo: como elas chegaram a mudar de segmento educacional (do fundamental para o médio, por exemplo), é provável que elas informem um nível superior, ainda que pouco tenham avançado.

“Em um contexto marcado pela expansão do acesso à educação, verificada nas últimas décadas, é possível que as pessoas se sintam motivadas a superestimar seu nível de escolaridade”, conjectura o pesquisador do Cedeplar. Marília Nepomuceno e Cássio Turra também encontraram números discrepantes de uma edição do censo para outra. Eles consideram a hipótese de que mudanças no sistema educacional, no que se refere a níveis e faixas etárias e de terminologia, também possam gerar confusões que influenciam nos resultados, apesar do esforço do IBGE de considerar essas alterações em seus questionários.

Situação semelhante ocorre com questões que não aparecem representadas pelas mesmas perguntas em dois censos seguidos. Por exemplo, o censo de 1991 indaga sobre série e grau concluídos com



Marília Nepomuceno: planos de relacionar diferentes bases de dados

aprovação; em 2000, a ordem das perguntas é invertida – pergunta-se sobre curso em vez de grau. As respostas possíveis também são diferentes, talvez para tentar considerar as mudanças no sistema educacional. Estudos realizados para outros países mostram que pequenas modificações podem levar a respostas diferentes da mesma pessoa, anos depois. Aspectos como migração e os efeitos de cursos para jovens e adultos não devem ser ignorados, mas tendem a ter efeito menor.

Homens e mulheres

Apesar da incerteza sobre a qualidade dos dados, após uma série de tratamentos metodológicos para tentar contorná-los, foi possível identificar, por meio de razões de sobrevivência intercensitárias, o esperado diferencial de mortalidade por educação. Ou seja, para os mais educados a mortalidade é menor. Por exemplo, aos 40 anos, homens com 12 anos ou mais de estudo esperam viver em média seis anos mais que aqueles que frequentaram a escola por até três anos. No caso das mulheres, essa diferença é de nove anos. O diferencial varia, no entanto, para diferentes coortes de homens e mulheres, o que reforça a necessidade de novas investigações para que se conclua quanto desse efeito é real e quanto é provocado pela qualidade da informação de educação no censo demográfico.

A próxima etapa dos estudos desenvolvidos por Marília Nepomuceno e Cássio Turra será a análise de outras bases de dados, como as Pesquisas Nacionais de Amostras por Domicílio (Pnads). “O projeto tem também o objetivo de mensurar a magnitude do erro contido na educação declarada. Uma alternativa seria relacionar diferentes bases de dados, cruzando, por exemplo, as informações de educação do registro civil com os dados dos censos”, revela Marília, que atualmente integra grupo do Max Planck Institute for Demographic Research, em Rostock, Alemanha.

Os estudos que resultaram na tese de Marília Nepomuceno integram esforço mais amplo de pesquisadores e alunos do Cedeplar para medir os diferenciais de mortalidade no Brasil, por educação, renda, ocupação e região, entre outras variáveis.

ALIADO da INOVAÇÃO

Atuação do SUS nas negociações com a indústria farmacêutica cria ambiente para redução de custos de medicamentos e desenvolvimento tecnológico

Ana Rita Araújo

Uma economia de R\$ 4,6 bilhões para os cofres públicos, alcançada no período de 2008 a 2015 apenas na compra de medicamentos antirretrovirais, atesta o acerto da estratégia adotada pelo Ministério da Saúde nas negociações com a indústria farmacêutica. A avaliação é feita pelo pesquisador Wallace Mateus Prata, em tese defendida em abril, na Faculdade de Farmácia da UFMG. Segundo ele, os gastos com esse item, que seriam superiores a R\$ 11,2 bilhões no período caso essa intervenção governamental não fosse adotada, caíram para R\$ 6,5 bilhões, redução de 41,7%.

O grande volume de medicamentos estratégicos distribuídos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) oferece ao Ministério poder de compra, que tem sido fundamental não apenas para baixar os preços, mas também para alcançar dois outros grandes objetivos: reduzir o déficit de tecnologia em saúde no país e aumentar o acesso da população a medicamentos.

Esses ganhos ocorrem porque as aquisições desses medicamentos são respaldadas por termos de compromisso nos quais as empresas farmacêuticas, detentoras de tecnologias, comprometem-se a transferi-las para os laboratórios farmacêuticos oficiais com gradual redução dos preços. Os medicamentos que são objetos desses acordos passam por rigoroso processo de seleção, com elenco estratégico definido em lista emitida pelo Ministério da Saúde.

Além dos antirretrovirais, a lista inclui, por exemplo, fármacos para doenças negligenciadas, como tuberculose. Em contrapartida a essa transferência, o governo brasileiro garante preferência de compra, por determinado período, à indústria detentora do direito de produção.

Menos dependência

Na tese, Wallace Mateus Prata também analisa o conceito de inovação e argumenta que o subtipo inovação imitativa, embora não seja mercadologicamente atrativo, tem alta carga tecnológica para países em desenvolvimento. “Avaliar uma inovação imitativa apenas sob o aspecto mercadológico imprime uma distorção de domínio tecnológico e evolução continuada”, defende o farmacêutico, que é assessor-chefe de Projetos e Parcerias da presidência da Fundação Ezequiel Dias (Funed).

Segundo o pesquisador, o que torna atraente a imitação “é o poder que ela tem de gerar conhecimento da tecnologia e habilidades de criação e derivações de produtos, processos, marketing e organização”. Assim, mesmo durante a vigência de uma patente, o medicamento pode ser desenvolvido para que uma empresa esteja apta a produzi-lo após o período de proteção. “Alguns países, como Japão, Coreia e China, adotaram esse caminho, para depois chegar à inovação propriamente dita”, comenta.

Wallace destaca que a intervenção governamental brasileira para o SUS, pautada em absorção, estudo e futura comercialização de tecnologias enquanto aguarda o fim da vigência de uma patente, constitui ameaça real aos oligopólios farmacêuticos. Isso contribui para que grandes compradores obtenham redução de preços até mesmo de produtos protegidos por leis de propriedade intelectual.

A estratégia de negociação com laboratórios farmacêuticos oficiais para compra de medicamentos para o SUS também tem a vantagem, na opinião de Mateus Prata, de tornar o Brasil menos dependente. “Para reduzir a dependência nos países em desenvolvimento, é preciso incentivar a busca de novas tecnologias, mesmo que de forma imitativa, pois o avanço tecnológico é o diferencial para não fragilizar a assistência à saúde”, diz, alertando que, se o país não domina as técnicas, a saúde da população fica vulnerável a diversos tipos de variáveis.

Para o pesquisador, o Ministério da Saúde é uma das principais fontes de incentivos às áreas promissoras desse segmento, pois aloca recursos e formula intervenções para avanço e recuperação de deficiências dos setores envolvidos. Em sua opinião, a participação do setor público é essencial, “pois as tecnologias apresentam justaposições aos valores éticos, interesses sociais e culturais e podem ser guiadas pelas ações humanas de forma consciente e controlada”. Assim, a atuação governamental deve ser abrangente e alcançar o desenvolvimento de novos códigos técnicos que gerem produtos e processos aptos a quebrar paradigmas.



Arquivo pessoal

Wallace: negociação torna Brasil menos dependente

Ao ponderar que “um ponto focal do SUS é desenvolver e formular políticas capazes de gerar resultados sociais positivos”, Prata classifica como assertiva a formulação de política de ciência, tecnologia e industrialização por meio de transferências de tecnologias do tipo Parceria para o Desenvolvimento Produtivo (PDP), com fomento da produção nacional, tanto pública quanto privada.

“A produção pública de bens para a saúde está focalizada nos laboratórios farmacêuticos oficiais, que devem se posicionar como estruturas de inteligência para obter sustentabilidade, apoio e renovação do elenco de produtos fornecidos ao SUS”, diz. No trabalho, Prata adotou o modelo econométrico de Diferenças-em-diferenças para avaliação de políticas públicas.

Tese: O papel do Sistema Único de Saúde (SUS) na inovação: um estudo sobre transferência de tecnologia no Brasil

Autor: Wallace Mateus Prata

Orientador: Francisco de Assis Acúrcio

Coorientador: Augusto Afonso Guerra Junior

Programa: Pós-graduação em Medicamentos e Assistência Farmacêutica

CONEXÃO FRANCESA

Grupos do ICB se associam a laboratório da França especializado em bacteriologia molecular, bioinformática, imunologia e genômica

Encontro de grupos de pesquisa franceses e do Instituto de Ciências Biológicas (ICB) realizado na semana passada, no Centro de Atividades Didáticas de Ciências Humanas (CAD 2), materializou a criação do primeiro Laboratório Internacional Associado (LIA), do Institut National de la Recherche Agonomique (INRA), da França, em um país sul-americano.

Pelo modelo de parcerias do instituto francês, o LIA formaliza colaboração internacional de longo prazo em função de um projeto científico comum, com duração de cinco anos, renovável por igual período.

A rede de pesquisa, constituída por meio de laboratórios associados, tem os objetivos de promover intercâmbios e encontros de cientistas, compartilhar conhecimentos e novas ferramentas de investigação e treinar jovens pesquisadores, criando condições para aumentar colaborações multilaterais e para oferecer respostas eficientes a chamadas de projetos. Unidades do LIA estão instaladas também na China, no Canadá, no México e no Japão.

“Na prática, o evento lançou o projeto Bactéria – Inflamação (Bact-Inflam), que busca desenvolver novas estratégias terapêuticas e alternativas aos tratamentos alopáticos para controle de doenças inflamatórias”, explica o coordenador do LIA brasileiro, Vasco Azevedo, professor dos programas de pós-graduação em Genética e Interunidades de Bioinformática.

A estratégia adotada pelo Bact-Inflam inclui caracterização de processos de inflamação e das bactérias neles envolvidas, determinação da composição de microbiota associada a órgãos inflamados ou saudáveis, identificação de espécies marcadoras, caracterizando-as nos níveis celular e molecular, validação em modelos animais e desenvolvimento de novas estratégias terapêuticas, com base no uso de bactérias imunomoduladoras ou compostos bacterianos.

Esse trabalho tem o objetivo de identificar determinantes bacterianos envolvidos em processos pró ou anti-inflamatórios associados a doenças crônicas inflamatórias intestinais (CID) e mastites em animais domésticos, e caracterizar processos inflamatórios em modelos de glândula mamária e intestino.

Intercâmbio franco-brasileiro

O LIA formaliza a relação entre as organizações parceiras, por meio de contrato sobre questões como direitos de propriedade intelectual e transferência de tecnologia, e estabelece um quadro oficial para o intercâmbio franco-brasileiro, especialmente para a criação de doutorados em forma de cotutelas.

Vasco Azevedo conta que o histórico desse relacionamento remonta a 1993, quando concluiu doutorado em genética de microrganismos pelo Institut National Agronomique Paris Grignon. Em 1998, já docente da UFMG, promoveu, no ICB, simpósio sobre novas utilizações de bactérias lácteas. A parceria institucional, que agora está sendo oficializada, começou em 2000 e já gerou publicações conjuntas.

Na última quinta-feira, dia 24, ainda dentro da programação do encontro, o pesquisador Leandro Benevides defendeu a tese de doutorado *Comparative genomics of Faecalibacterium spp*, que busca desvendar a genômica da bactéria *Faecalibacterium prausnitzii*. “Muito difícil de ser cultivada, já que morre em ambiente com oxigênio, essa bactéria tem potencial para uso em tratamento, seja em forma de cápsulas ou em transplante de fezes”, comenta Vasco Azevedo, que orientou o trabalho. Ele acrescenta que a linhagem pode ser usada como marcador, pois sua presença indica que o organismo está saudável. O estudo, inédito, foi desenvolvido no ICB em colaboração com o grupo francês e com a equipe do professor Siomar Soares, da Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

O projeto franco-brasileiro envolve cinco grupos de pesquisa franceses do Instituto Micalis, as unidades de pesquisa conjunta para a Ciência e Tecnologia de Leite e Ovos (STLO) e o Laboratório de Interação de Bactérias Comensais e Probióticos com o Hospedeiro. Integram o LIA outros três laboratórios do ICB – Genética Celular e Molecular, coordenado por Vasco Azevedo, Imunofarmacologia, liderado por Mauro Teixeira, e Imunobiologia, chefiado por Ana Maria Caetano.

O braço francês do LIA é coordenado por Yves Le Loir, diretor da STLO e idealizador do Laboratório Internacional Associado, e por Jean-Marc Chatel, da Micalis. O papel do INRA Agrocampus Ouest Rennes equivale ao da Embrapa, no Brasil.

[Matéria publicada no Portal UFMG em 22/05/2018. Com Assessoria de Comunicação do ICB]

Foca Lisboa/UFMG



Pesquisadores brasileiros e franceses lançaram o laboratório em evento no CAD 2

MESTRADO EM COMPUTAÇÃO

Estão abertas, até 19 de junho, inscrições para o processo seletivo do mestrado em Ciência da Computação, para ingresso no segundo semestre. Os interessados deverão se inscrever no site do programa (<http://ppgcc.dcc.ufmg.br/inscricao-online>).

O mestrado do DCC oferece 30 vagas, seis delas reservadas a candidatos que se autodeclararem negros. A autodeclaração e a opção pela reserva de vagas devem ser feitas no ato da inscrição. Mais informações podem ser obtidas pelos telefones (31) 3409-5864 e 3409-5865 e pelo e-mail ppgcc@dcc.ufmg.br.

MICOTOXINA

A Escola de Veterinária vai sediar, no período de 17 a 21 de setembro, o Encontro Nacional de Micotoxina. As inscrições para a 16ª edição do evento devem ser feitas pela internet (www.enmicotoxinas.com.br/). A submissão de trabalhos termina em 30 de junho.

A programação do evento, que será realizado na UFMG pela primeira vez, inclui palestras, minicursos e apresentação de pôsteres com premiação dos melhores trabalhos. No dia 17, serão realizados quatro minicursos, que têm vagas limitadas. Nos dias subsequentes, as palestras serão agrupadas por áreas: Panorama das micotoxinas, Taxonomia de fungos toxigênicos, Amostragem e análise, Prevenção e controle de micotoxinas e Impacto das micotoxinas.

EDUCAÇÃO E MARXISMO

Foi prorrogado, para 4 de junho, o fim do prazo de submissão de resumos estendidos nas modalidades comunicação científica e relato de experiência para o 2º Simpósio Nacional Educação, Marxismo e Socialismo. O evento, organizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Marx, Trabalho e Educação (GEPMTE), será realizado de 18 a 21 de setembro, na UFMG.

Karl Marx, trabalho, educação e a luta pelo socialismo é o tema do evento, que reúne 12 grupos de trabalho. Eles receberão pesquisadores, alunos de graduação, mestrado e doutorado, professores, trabalhadores e militantes dos movimentos sociais e sindicais que desenvolvem pesquisas, projetos e ações relacionados à temática proposta. Informações sobre eixos temáticos, grupos de trabalhos, programação e inscrições estão disponíveis no site www.simpósioedumarx.com.br/.



Foca Lisboa/UFMG

Jacynto Lins Brandão vai ocupar a cadeira que foi do ex-governador Francelino Pereira

JACYNTHO NA ACADEMIA DE LETRAS

O professor Jacynto Lins Brandão, uma das figuras mais importantes dos estudos clássicos no Brasil, foi eleito para a Academia Mineira de Letras. Docente de língua e literatura grega da Faculdade de Letras (Fale), ele assumiu a cadeira 25, antes ocupada pelo ex-governador de Minas Gerais Francelino Pereira dos Santos, falecido em dezembro do ano passado.

Jacynto leciona na UFMG desde 1977. Foi diretor da Fale por duas vezes, nas gestões 1990-1994 e 2006-2010, e vice-reitor da Universidade, de 1994 a 1998. Publicou diversos volumes de teoria literária, nos quais se ocupa geralmente da literatura grega clássica, do ensino de grego antigo e da filosofia grega (particularmente, Platão), além de obras de ficção.

ESTUDOS JUDAICOS

A publicação semestral Arquivo Maaravi: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG divulgou chamada para o número 23. Até 30 de setembro, interessados em publicar artigos no dossiê *Jorge Luis Borges e o arquivo da tradição judaica* podem submeter trabalhos inéditos. O volume será lançado em novembro de 2018 e conta com edição de Lyslei Nascimento (UFMG) e Ricardo Forster (Universidade de Buenos Aires, Argentina).

Natural de Buenos Aires, Borges (1899-1986) tem suas obras atravessadas pela Bíblia, pelas línguas e pela literatura judaica. Além de artigos, a edição reunirá resenhas, contos, poemas, traduções, crônicas e trabalhos artísticos como fotografias e charges. As submissões serão feitas exclusivamente pela plataforma da revista. Mais informações podem ser solicitadas pelo e-mail nej.letras.ufmg@gmail.com.

IDIOMAS SEM FRONTEIRAS

A Secretaria de Educação Superior (Sesu) do MEC divulgou cronograma (<https://bit.ly/2khzBhO>) com as datas para as nove ofertas, gratuitas, dos cursos presenciais de inglês do Programa Idiomas sem Fronteiras que serão ministrados ao longo do ano.

As formações são destinadas a estudantes de graduação, mestrado e doutorado de qualquer área de conhecimento, servidores docentes e técnico-administrativos com vínculo ativo na UFMG. A iniciativa tem o objetivo de capacitar a comunidade acadêmica, estimular a participação de estudantes em programas de mobilidade internacional e incentivar a produção de artigos internacionais e a realização de exames de proficiência.

Para participar, é necessário ter vínculo ativo na plataforma do curso de Inglês – My English Online – MEO ou já ter realizado o TOEFL ITP por meio do Programa IsF – Inglês. As ofertas são sempre divulgadas pela Diretoria de Relações Internacionais (DRI), no site www.ufmg.br/dri. O cronograma poderá sofrer alterações.

Para **LER** imagens, **IMAGINAÇÃO**

Editora UFMG publica segundo e terceiro volumes da série *O olho da história, do filósofo Georges Didi-Huberman*

Ewerton Martins Ribeiro

A Editora UFMG está lançando de uma só vez dois novos volumes da hexalogia *O olho da história*, de Georges Didi-Huberman. *Remontagens do tempo sofrido* e *Atlas ou o gaio saber inquieto*, respectivamente o segundo e o terceiro livros da coleção, chegam às livrarias nas próximas semanas. As obras se somam a *Quando as imagens tomam posição*, volume que, publicado em 2017 pela Editora UFMG, abre a série.

Nas duas novas publicações, o historiador, filósofo e crítico de arte faz avançar suas reflexões sobre a imagem como importante chave para a construção do conhecimento histórico. No primeiro volume da coleção, Huberman já havia mobilizado as imagens que o dramaturgo e poeta alemão Bertolt Brecht (1898-1956) produziu ou colecionou durante a Segunda Guerra Mundial para tratar do tema.

A Editora UFMG já negocia a compra dos direitos dos três demais títulos da hexalogia: *Peuples exposés, peuples figurants*, quarto volume da série, publicado originalmente em 2012; *Passés cités par JLG*, volume quinto, de 2015; e *Peuples en larmes, peuples en armes*, volume sexto, de 2016. Os três primeiros livros foram publicados originalmente em 2009, 2010 e 2011, na Europa.

Memória visual do sofrimento

Em *Remontagens do tempo sofrido*, Didi-Huberman avança em suas reflexões sobre o papel das imagens na legibilidade da história, concentrando-se na forma como elas, manipuladas em montagens, desmontagens e remontagens, conferem ou podem conferir visibilidade à história dos sofrimentos do mundo.

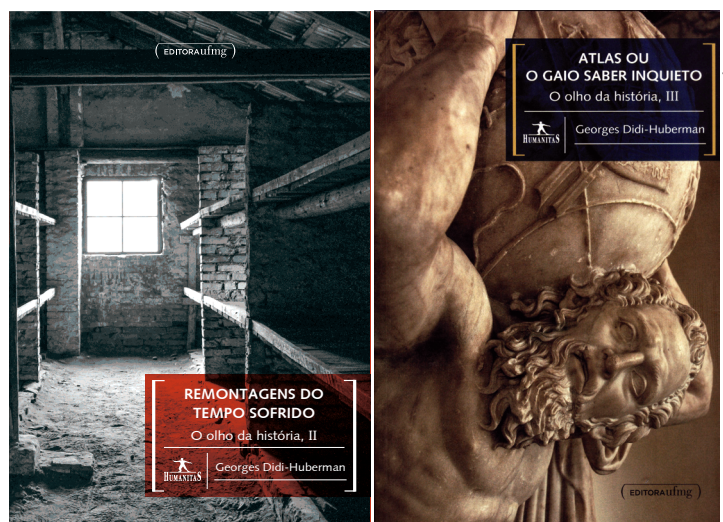
No volume, o foco do escritor, hoje considerado um dos mais fecundos pensadores da trifurcação de estética, filosofia e história da arte, recai sobre as guerras – particularmente, o holocausto e todo o horror de seus campos de concentração. Nessa reflexão, o pensador francês aborda as obras do fotógrafo espanhol Agustí Centelles (1909-1985), do cineasta estadunidense Samuel Fuller (1912-1997) e do cineasta tcheco Harun Farocki (1944-2014), entre outros.

Conhecimento em movimento

Em *Atlas ou o gaio saber inquieto*, Didi-Huberman trata do atlas *Mnemosyne*, idealizado pelo historiador de arte alemão Aby Warburg (1866-1929) no início do século 20 e composto entre 1924 e 1929, em uma espécie de arqueologia do conhecimento visual humano que vai dos períodos imemoriais da história humana ao século 20, contemplando Oriente e Ocidente. No livro, Didi-Huberman toma esse atlas como um “tesouro de imagens e de pensamentos” que nos restou da “coerência desmoronada do mundo moderno” e

que encenaria uma aposta: a de que imagens, “unidas de um certo modo”, são capazes de oferecer “a possibilidade – ou melhor, o recurso inesgotável – de uma releitura do mundo”.

Essa possibilidade a que alude Didi-Huberman, de releitura constante do mundo por meio das imagens, parte de um pressuposto: a mobilização da imaginação. No entendimento do filósofo, “a imaginação, por mais desconcertante que seja, não tem nada a ver com uma fantasia pessoal ou gratuita. Ao contrário, é um conhecimento transversal que ela nos oferece, por sua potência intrínseca de montagem que consiste em descobrir – ali mesmo onde ela recusa os laços suscitados pelas semelhanças óbvias – laços que a observação direta é incapaz de discernir”.



Reprodução

Livro: *Remontagens do tempo sofrido – O olho da história, II*

Autor: Georges Didi-Huberman

Editora UFMG

266 páginas

Livro: *Atlas ou o gaio saber inquieto – O olho da história, III*

Autor: Georges Didi-Huberman

Editora UFMG

458 páginas

EXPEDIENTE

Reitora: Sandra Goulart Almeida – Vice-reitor: Alessandro Fernandes Moreira – Diretora de Divulgação e Comunicação Social: Maria Céres Pimenta Spínola Castro – Editor: Flávio de Almeida (Reg. Prof. 5.076/MG) – Projeto Gráfico: Marcelo Lustosa – Diagramação: Romero Moraes – Revisão: Cecília de Lima e Josiane Pádua – Impressão: Imprensa Universitária – Tiragem: 4,6 mil exemplares – Circulação semanal – Endereço: Diretoria de Divulgação e Comunicação Social, campus Pampulha, Av. Antônio Carlos, 6.627, CEP 31270-901, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil – Telefone: (31) 3409-4184 – Internet: <http://www.ufmg.br> e boletim@cedecom.ufmg.br. É permitida a reprodução de textos, desde que seja citada a fonte.

UFMG

Carta

9912388766/2015DRMG

UFMG

Correios